



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Rua Profa. Maria Flora Pausewang, s/nº - Bairro Trindade
Florianópolis-SC, CEP 88036-800
- <http://hu-ufsc.ebserh.gov.br>

Ata de Registro de Preços - SEI nº 0028/2023

Processo nº 23820.010010/2022-19

Pregão Eletrônico nº 263/2022 - Processo nº 23820.010010/2022-19

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0028/2023

Vigência: 19 de janeiro de 2023 a 19 de janeiro de 2024

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH - FILIAL HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (HU-UFSC), empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.126.437/0034-01, com endereço rua Professora Maria Flora Pausewang, s/n, Bairro: Trindade - Florianópolis/SC. CEP 88036-800, neste ato representada por sua Superintendente, Sra. **Ivete Ioshiko Masukawa**, brasileira, solteira, médica, portadora do RG nº 22****9 – SSP/PR e do CPF nº ***.437.629-**, nomeada pela Portaria-SEI n.º 136, de 11 de agosto de 2022, publicada no Boletim de Serviço nº 1371, de 12 de agosto de 2022 e pelo membro do Colegiado Executivo Substituta em Exercício, Gerente Administrativo Substituta em Exercício, Sra. **Heloísa Cristina Martins Amaral**, brasileira, casada, técnica em assuntos educacionais, portadora do RG nº 11****19 SSI/SC e do CPF nº ***.357.229-**, nomeada pela Portaria-SEI n.º 009, de 09 de janeiro de 2023, publicada no Boletim de Serviço nº 004, de 10 de janeiro de 2023, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0, aprovado por meio da Resolução n.º 155/2022 do Conselho de Administração (RLCE 2.0); considerando o julgamento da licitação na modalidade de **pregão**, na forma **eletrônica**, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 263/2022, decorrente de licitação publicada no D.O.U. de 16 de novembro de 2022**, processo administrativo nº **23820.010010/2022-19**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes no RLCE 2.0, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **Medicamentos de Antimicrobianos, Aparelho cardiovascular e Biológicos; Aparelho respiratório; Analgésicos; Ansiolíticos; Anticoagulantes; Anticonvulsivantes; Antidepressivos; Antidiabéticos; Antiinflamatórios; Antireumáticos; Hipnóticos; Hormônios, Neurolépticos; Ocitócicos e Depressores Uterinos; Vitaminas e Suplementos Minerais; Dermatológicos; Medicamentos que atuam nos órgãos dos sentidos; Solução de grande e pequeno volume; diversos e Insumos**, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão nº **263/2022**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. **PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa: **CITOPHARMA MANIP. MED ESPECIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º 01.640.262/0001-83, sediada na(o) Rua Padre Rolim n.º 531, Bairro: Santa Efigênia, Município de Belo Horizonte, Estado de(a/o) Minas Gerais, CEP.: 30.130-090, telefone: (31)3115-6000, representada legalmente pelo(a) Sr(a) **José Jorge Attalla**; brasileiro; casado; CPF.: ***.307.156-**, RG.: M3*****2 SSP/MG.

RELAÇÃO DOS ITENS

Item do TR n.º - Descrição - Marca - Quantidade - Unidade - Preço Unitário (R\$) - Preço Total (R\$) / Total Geral (R\$)

Item 34 MITOMICINA (código: 166352) OFTÁLMICA PÓ PARA SOLUÇÃO OFTÁLMICA + DILUENTE - 0,02%, FRASCO (PÓ) + FRASCO (DILUENTE) DE 2,5 ML, VIA OCULAR. OU SOLUÇÃO OFTÁLMICA SEM CONSERVANTES, CONCENTRAÇÃO DE 0,02% EM FRASCO CONTA GOTAS DE 2,5 ML.

Marca: Citopharma/Frasco 2,5ml

25 FR(s) - 300,00 (p. unitário) = 7.500,00 (p. total)

Item 58 POLIDOCANOL 0,5% AMPOLA (código: 177824) SOLUÇÃO INJETÁVEL 0,5% AMPOLA DE 2 mL.(CÓD SIASG BR0343631)

Marca: Citopharma/Ampola 2ml

160 f/a(s) - 7,00 (p. unitário) = 1.120,00 (p. total)

Item 59 POLIDOCANOL 1% AMPOLA (código: 177825) SOLUÇÃO INJETÁVEL 1% AMPOLA DE 2 mL.

Marca: Citopharma/Ampola 2ml

260 f/a(s) - 8,50 (p. unitário) = 2.210,00 (p. total)

Item 60 POLIDOCANOL 3% AMPOLA (código: 177826) SOLUÇÃO INJETÁVEL 3% AMPOLA DE 2 mL.

Marca: Citopharma/Ampola 2ml

260 f/a(s) - 10,57 (p. unitário) = 2.748,20 (p. total)

Item 64 VERAPAMILA CLOR AMP 5mg/2mL (código: 5320) SOLUÇÃO INJETÁVEL 5mg/ 2mL. CLORIDRATO DE VERAPAMILA AMPOLA 2 mL.INTRAMUSCULAR;INTRAVENOSO.

Marca: Citopharma/Ampola 2ml

50 amp(s) - 10,34 (p. unitário) = 517,00 (p. total)

Item 72 GLICEROSFOSFATO DE SÓDIO (código: 2127) AMPOLA 20 mL 216 mg/mL.

Marca: Citopharma/Frasco-Ampola 20ml

150 amp(s) - 70,00 (p. unitário) = 10.500,00 (p. total)

Item 83 AZUL DE METILENO (código: 45683) SOLUÇÃO INJETÁVEL A 1 % AMPOLA DE 5 mL.

Marca: Citopharma/Ampola 5ml

600 FR(s) - 8,48 (p. unitário) = 5.088,00 (p. total)

Item 102 HIALURONIDASE (código: 125423) PO P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL DE 2.000 UTR FRASCO-AMPOLA.

Marca: Citopharma/Frasco-Ampola

100 f/a(s) - 48,61 (p. unitário) = 4.861,00 (p. total)

Item 103 IODOPOVIDONA (código: 163507) SOLUCAO OFTALMICA 2,5% FRASCO DE 5 ml.

Marca: Citopharma/Frasco 5ml

150 FR(s) - 23,53 (p. unitário) = 3.529,50 (p. total)

Item 115 TIOSSULFATO DE SÓDIO (código: 166396) SOLUÇÃO INJETÁVEL 25% AMPOLA DE 10 mL.

Marca: Citopharma/Ampola 10ml

50 amp(s) - 17,40 (p. unitário) = 870,00 (p. total)

TOTAL GERAL: R\$ 38.943,70

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR **POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (HU-UFSC)**.

4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016 que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 8.945/2016, no RLCE 2.0 e no Decreto nº 7.892/2013.

4.2. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a... (máximo cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.5.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.7.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 120 (cento e vinte) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, nos termos do art. 12, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.

8.5. **Contato da Unidade de Contratos do HU/UFSC, TELEFONE: 48 - 3721 8270 ou 8268 - E-MAIL: ucont.hu-ufsc@ebserh.gov.br**

8.6. É eleito o Foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de de Florianópolis/SC, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata que não possam ser compostos pela conciliação.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Florianópolis/SC, 19 de janeiro de 2023.

(assinado eletronicamente)

FORNECEDOR

JOSÉ JORGE ATTALLA

Representante Legal da Empresa

(assinado eletronicamente)

HELOÍSA CRISTINA MARTINS AMARAL

Gerente Administrativo Substituta em Exercício - HU/UFSC-EBSERH

Membro do Colegiado Executivo Substituta em Exercício

Portaria-SEI nº 009, de 09/01/2023

(assinado eletronicamente)

IVETE IOSHIKO MASUKAWA

Superintendente – HU/UFSC-EBSERH

Portaria-SEI n.º 136, de 11/08/2022



Documento assinado eletronicamente por **José Jorge Attalla, Usuário Externo**, em 19/01/2023, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Cristina Martins Amaral, Gerente**, em 20/01/2023, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivete Ioshiko Masukawa, Superintendente**, em 20/01/2023, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27121825** e o código CRC **55226EEE**.

Referência: Processo nº 23820.010010/2022-19 SEI nº 27121825